

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração da METANOR, Metanor SA - Metanol do Nordeste submete à apreciação de V. Sas, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, ressaltando os principais fatos ocorridos neste período. **Comentários Gerais** - Não obstante o cenário de incertezas na política internacional (conflitos e ameaças entre Estados Unidos e Coreia do Norte e o Brexit), 2017 foi um ano positivo no cenário econômico, especialmente pelo bom desempenho das economias da China e dos Estados Unidos. No Brasil, mesmo diante das turbulências no cenário político, pela incerteza em relação aprovação das reformas pretendidas pelo Governo Federal, o ano de 2017 foi marcado pelo aumento da confiança em relação à retomada da economia brasileira, bem como pela queda da inflação e das taxas de juros, culminando com um discreto crescimento do PIB, após dois anos de profunda recessão. Também merecendo destaque a reação no mercado de trabalho e a estabilidade cambial. Relativamente à controlada Copenor, merece destaque o sucesso da implementação do novo modelo de negócio baseada na estratégia de paralisação, em julho de 2016, da produção de metanol em Camaçari - Bahia, que além de ter propiciado uma maior previsibilidade aos negócios, aliada à significativa redução de custos, permitiu a retomada de resultados positivos pela Companhia. Destacamos também a conclusão da operação de alongamento da dívida da controlada Copenor junto aos seus principais credores, que em conjunto com a melhoria dos resultados, propiciou uma significativa melhora nos seus indicadores de liquidez. **Produção e Vendas** - Consolidadas A partir de julho de 2016, após a paralisação da produção de metanol, a Companhia passou a utilizar metanol importado tanto para a produção de formol em Camaçari, como para a revenda deste produto também no Nordeste, mantendo seu faturamento no mesmo patamar do ano anterior. **Metanol** - Conforme explanado no Contexto Operacional contido nas Notas Explicativas, a Planta de Metanol está hibernada por tempo indeterminado desde o dia 18 de julho de 2016. As vendas de metanol importado em 2017 atingiram o volume de 94,3 mil toneladas, incremento de 3,3% em comparação aos 91,3 mil toneladas do ano anterior. **Formaldeído (Formol)** - As plantas de formaldeído produziram um total de 44,2 mil toneladas em 2017 versus 51,5 mil toneladas no ano anterior, diminuição de 14,2%. Do total produzido, foram utilizadas internamente 7,6 mil toneladas para a produção de hexamina em 2017, contra 11,1 mil toneladas do ano anterior. As vendas do formol registraram 35,4 mil toneladas em 2017, contra 44,0 mil toneladas do ano anterior, diminuição de 24,3% em função da retração da demanda. **Hexametilenoetetramina (Hexamina)** - A planta de hexamina produziu um total de 2,1 mil toneladas em 2017, contra 3,1 mil toneladas em 2016, diminuição de 32,3%. As vendas em 2017 totalizaram 1,9 mil toneladas contra 3,0 mil toneladas do ano anterior, diminuição de 36,7% determinada em função da retração da demanda. **Sistema de Gestão Integrado - SGI** - A Companhia estabeleceu como missão produzir e distribuir produtos químicos, com ênfase no metanol e seus derivados, bem como participar de negócios da cadeia desses produtos, de forma sustentável, com qualidade, segurança, responsabilidade social e ambiental. Direcionando seus esforços para alcançar o nível de excelência de desempenho e de conduta ética dentro de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, a COPENOR implantou em 2007 seu Sistema de Gestão Integrado, obtendo no mesmo ano os certificados pelas normas ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001:2004 - Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001:2007 - Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. Em 2017, a COPENOR, dando continuidade à manutenção do seu Sistema de Gestão, no

seu terceiro ciclo trienal de manutenção dos Certificados, foi submetida a duas auditorias pela empresa certificadora BSI Brasil e a outras diversas auditorias conduzidas por seus clientes, obtendo excelentes resultados em todas elas. Visando atender aos requisitos dos seus clientes e acionistas, respeitando o meio ambiente, a saúde e a segurança dos seus empregados e prestadores de serviço, a COPENOR através da adoção de um Sistema de Gestão por Processos, definiu uma série de indicadores que possibilitam um monitoramento constante e sistematizado de todos os Processos. Em 2017, teve um percentual de 95,50% dos seus indicadores alcançando as metas estabelecidas para o ano, superando os 80% fixados como meta. Com um Sistema de Gestão consolidado, a COPENOR vem ao ano buscando a melhoria contínua de seus Processos, eliminando a recorrência de erros e, consequentemente, reduzindo custos e aumentando a eficácia da Companhia como um todo. **Recursos Humanos** - No ano de 2017, foi dada continuidade ao Programa Anual de Treinamento, visando as necessidades de manutenção do processo do SGI, atendimento à legislação e atendimento aos programas voltados para a Segurança, enfatizando e valorizando os multiplicadores internos na capacitação dos seus profissionais. Foi também dada continuidade ao SGD - Sistema de Gestão do Desempenho, utilizando o mesmo método desenvolvido em 2016 de avaliação de desempenho individual, estruturado internamente, com ênfase nos fatores comportamentais e atitudes, objetivando a mensuração do efetivo desempenho dos empregados em alinhamento com os objetivos estabelecidos para o exercício, sem deixar de considerar as transformações organizacionais e culturais, bem como a importância de ampliar as ações de desenvolvimento atitudinal de seus gestores e colaboradores individuais.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO DA COMPANHIA EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2017 E 2016				
(Em Milhares de Reais - R\$)	2017		Consolidado	
	%ROL	2016	%ROL	2016
Receita Líquida (ROL)	192.739	184.216		
Custo dos Produtos Vendidos	(151.803)	(153.866)	-79%	-84%
Depreciação dos Produtos Vendidos	(1.459)	(3.584)	-1%	-2%
Total do CPV	(153.262)	(157.450)	-80%	-85%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>39.477</b>	<b>26.766</b>	<b>20%</b>	<b>15%</b>
1- Despesa com Vendas	(17.177)	(13.289)	-9%	-7%
2- Despesas Gerais, Administrativas, e Honorários	(11.844)	(13.794)	-6%	-7%
3- Outras Receitas (Despesas) Operacionais	861	2.476	0%	1%
4- Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(1.400)	(176)	-1%	0%
5- Despesa com ociosidade (Capacidade ociosa)	(768)	(2.514)	0%	-1%
<b>EBITDA</b>	<b>10.608</b>	<b>3.053</b>	<b>6%</b>	<b>2%</b>
6- Depreciação e Amortização	(780)	(3.433)	0%	-2%
7- Resultado Financeiro Líquido	(6.802)	(6.434)	-4%	-3%
8- Provisão para perda na realização da planta paralisada	-	(16.667)	0%	-9%
<b>Despesas Operacionais (1+2+3+4+5+6+7)</b>	<b>(37.910)</b>	<b>(37.164)</b>	<b>-20%</b>	<b>-20%</b>

**Análise do Desempenho Operacional RECEITA LÍQUIDA** - A receita líquida de 2017, R\$ 192.739 mil teve um crescimento de

4,6% em relação a 2016, R\$ 184.216 mil, motivado principalmente pelo incremento da demanda de revenda do Metanol. **LUCRO BRUTO** - O lucro bruto do exercício de 2017, R\$ 39.477 mil apresentou um aumento de 47%, em comparação ao ano anterior, R\$ 26.766 mil, resultado desse influenciado pelo incremento da receita e pela da redução dos custos. **DESPESAS OPERACIONAIS** - As despesas com vendas de 2017, R\$ 17.177 mil, aumentaram em 29% em relação ao ano anterior, R\$ 13.289 mil, motivado pelas despesas com fretes de mercadorias. Já as despesas gerais/administrativas de 2017, R\$ 11.844, foi 14% menor em relação ao ano anterior, R\$ 13.794 mil, em função da otimização da estrutura operacional da Companhia após a paralisação da produção do metanol.

(Em Milhares de Reais - R\$)	EBITDA		
	2017	2016	Var
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	192.739	184.216	5%
Prejuízo antes da tributação	1.567	(27.065)	106%
(+) Resultado financeiro líquido	6.802	6.434	6%
(+) Depreciação e amortização	2.239	7.017	-68%
(+) Provisão para perda na realização da planta paralisada	-	-16.667	-100%
<b>EBITDA</b>	<b>10.608</b>	<b>3.053</b>	<b>247%</b>
<b>MARGEM EBITDA (*)</b>	<b>5,50%</b>	<b>1,66%</b>	

(\*) A Margem EBITDA (EBITDA dividido pela Receita Operacional Líquida) O EBITDA teve um incremento de 247% na comparação com o ano anterior, em função do Novo Modelo de Negócios da Companhia, baseado na importação do Metanol para revenda, bem como para a produção do Formaldeído (formol) a fim de atender ao mercado do N/NE, e, com uma gestão de custos mais adequada. **Resultados Consolidados** - O lucro líquido em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 4.948 mil no consolidado, enquanto que no exercício de 2016 registrou-se um prejuízo de R\$ 26.298 mil. O resultado operacional positivo em 2017, R\$ 8.369 mil, teve como principal origem o novo modelo de negócio com a paralisação da produção de metanol e a redução significativa dos custos das operações. Adicionalmente, o lucro líquido do período registrou a receita de R\$ 3.133 mil, referente à utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro para quitação de demandas tributárias com base no Programa Especial de Regularização Tributária do Governo Federal. As despesas financeiras líquidas mantiveram-se nos mesmos níveis do ano anterior, mas com tendência de queda para os próximos anos resultado da renegociação da dívida mencionada acima. **Relacionamento com os Auditores Independentes** - A Política de Gestão da Companhia, no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes não relacionados a serviços de auditoria externa, assegura que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Em 2017, não houve contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes da Companhia. **Perspectivas** - Para o exercício de 2018, em função da nova configuração operacional da Companhia, que permite maior previsibilidade de seus negócios e custos competitivos, e com perspectiva de continuidade da retomada do crescimento econômico do Brasil, a Administração acredita que manterá a trajetória de resultados positivos. A Administração, finalmente, agradece o decisivo apoio recebido dos Acionistas, clientes, fornecedores, agentes financeiros, comunidade e, em especial, o empenho e a dedicação de seus colaboradores. Camaçari, 15 de março de 2018. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	NE	2017	2016	2017
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	11.198	6.761
Contas a receber	7	-	10.266	11.736
Estoques	8	-	31.022	25.535
Tributos a recuperar	9	105	19	1.691
Despesas antecipadas				86
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	641
Outros ativos circulantes				871
		105	19	57.405
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber	7	-	5.880	6.084
Tributos a recuperar	9	2.929	525	12.019
Depósitos judiciais	15	36	92	5.812
Valores a receber de partes relacionadas	13	4	4	-
Investimentos	10	37.369	34.267	931
Imobilizado	11	-	24.972	28.269
Intangível				181
		40.338	34.888	49.795
<b>Total do ativo</b>		<b>40.443</b>	<b>34.907</b>	<b>107.200</b>

Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	Controladora		Consolidado	
	NE	2017	2016	2017
Fornecedores		12		31.558
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	12.903
Tributos a recolher		761		3.174
Parcelamento de tributos		-		10
Provisões para férias e encargos		-		2.118
Outros passivos circulantes		-		1.742
		761	12	51.505
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	19.291
Parcelamento de tributos		-		89
Valores a pagar a partes relacionadas	13	11.982	11.789	-
Tributos diferidos	14	-	-	4.185
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	-	-	3.897
		11.982	11.789	27.462
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		67.425	67.425	67.425
Reserva de capital		18.147	18.147	18.147
Ajustes de avaliação patrimonial		8.001	8.657	8.128
Prejuízos acumulados		(65.873)	(71.123)	(66.054)
Participação de não controladores		-	-	587
		27.700	23.106	28.233
		40.443	34.907	107.200
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>40.443</b>	<b>34.907</b>	<b>107.200</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação expresso em reais)				
	Controladora		Consolidado	
	NE	2017	2016	2017
Receita operacional líquida	20	-	-	192.739
Custo dos produtos vendidos	21	-	-	(153.262)
<b>Lucro bruto</b>				<b>(153.262)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				<b>(157.450)</b>
Com vendas	21	-	-	(17.177)
Gerais e administrativas	21	(291)	(306)	(10.168)
Honorários dos administradores	13	-	-	(2.002)
Ociosidade	17	-	-	(1.222)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	893	87	(539)
Equivalência patrimonial	10	3.101	(26.635)	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>3.703</b>	<b>(26.854)</b>	<b>8.369</b>

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	NE	2017	2016	2017
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	22	180	164	868
Despesas financeiras	22	(538)	(14)	(7.326)
Variação cambial, líquida	22	-	-	(344)
<b>Lucro (prejuízo) antes da tributação</b>		<b>3.345</b>	<b>(26.704)</b>	<b>1.567</b>
Imposto de renda e CSLL	14	(41)	-	(41)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.290	-	3.471
		1.249	-	3.430
Lucro (prejuízo) líquido do exercício após tributação		4.594	(26.704)	4.997
Participação de não controladores		-	-	(49)
<b>Lucro (prejuízo) líquido dos exercícios</b>		<b>4.594</b>	<b>(26.704)</b>	<b>4.948</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	Controladora			
	Reserva de capital		Participação dos acionistas não controladores	
	Capital social	Correção monetária do capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Ajuste de avaliação patrimonial	67.425	350	17.797	9.316
Realização do custo atribuído	-	-	-	(999)
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	340
Prejuízo do exercício	-	-	-	(26.704)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>67.425</b>	<b>350</b>	<b>17.797</b>	<b>8.657</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(994)
Realização do custo atribuído	-	-	-	338
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	(338)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.594
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>67.425</b>	<b>350</b>	<b>17.797</b>	<b>8.001</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Consolidado			
	Reserva de capital		Participação dos acionistas não controladores	
	Capital social	Correção monetária do capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Ajuste de avaliação patrimonial	67.425	350	17.797	9.316
Realização do custo atribuído	-	-	-	(999)
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	340
Prejuízo do exercício	-	-	-	(26.704)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>67.425</b>	<b>350</b>	<b>17.797</b>	<b>8.657</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(994)
Realização do custo atribuído	-	-	-	338
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	(338)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.594
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>67.425</b>	<b>350</b>	<b>17.797</b>	<b>8.001</b>

\*Outros Resultados Abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	NE	2017	2016	2017
Varição do capital circulante operacional				
Contas a receber de clientes		-	-	1.470
Estoques		-	-	(5.398)
Tributos a recuperar		(87)	-	1.838
Demais contas a receber		-	-	(1.630)
Fornecedores		(11)	4	9.738
Tributos a recolher		763	-	(346)
Provisões diversas		-	-	(17)
Demais contas a pagar		-	-	(1.494)
<b>Caixa Gerado pelas operações</b>		<b>1.267</b>	<b>(214)</b>	<b>14.771</b>
Pagamento de juros e encargos financeiros		(358)	150	(7.781)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operações</b>		<b>909</b>	<b>(64)</b>	<b>6.990</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Imobilizado		-	-	(370)
<b>Caixa líquidos nas atividades de investimento</b>				<b>(370)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras		-	-	41.944
Empréstimos com empresa ligada		193	-	203
Pagamentos a instituições financeiras		-	-	(44.193)
Demais recursos aplicados		(1.102)	64	(137)
<b>Caixa líquido nas atividades de financiamento</b>		<b>(909)</b>	<b>64</b>	<b>(2.183)</b>
<b>Geração (aplicação) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>4.437</b>
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	6.761
No início do exercício		-	-	11.198
No final do exercício		-	-	4.437

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Controladora			
	Reserva de capital		Participação dos acionistas não controladores	
	Capital social	Correção monetária do capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Ajuste de avaliação patrimonial	67.425	350	17.797	9.316
Realização do custo atribuído	-	-	-	(999)
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	340
Prejuízo do exercício	-	-	-	(26.704)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>67.425</b>	<b>350</b>	<b>17.797</b>	<b>8.657</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(994)
Realização do custo atribuído	-	-	-	338
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	(338)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.594
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>67.425</b>	<b>350</b>	<b>17.797</b>	<b>8.001</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Consolidado			
	Reserva de capital		Participação dos acionistas não controladores	
	Capital social	Correção monetária		

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto Operacional** - A Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Metanor" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua Eteno, 1042, Complexo Básico - COPEC, município de Camaçari, Estado da Bahia, cujas ações são negociadas em mercado de balcão não organizado. O controle acionário da Companhia é compartilhado pela Petrobras S.A. e pelo Grupo Peixoto de Castro, ambos com metade das ações ordinárias. A Metanor é controladora direta da Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste e controladora indireta da Logipal Trade S.A.. Atualmente, a Metanor opera como uma *holding*. O metanol e seus derivados são importantes matérias-primas ou insumos para os segmentos de biodiesel, chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo de combustíveis, herbicidas para a agricultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas de madeira, indústria de couro/curtumes, componentes automotivos como lonas, pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha etc.

Após a paralização da planta de metanol em 18 de julho de 2016, a Controlada Copenor passou a utilizar o metanol de origem importada para as suas linhas de produção de formaldeído e hexamina em Camaçari, através de contrato de exclusividade com grande produtor internacional, garantindo o suprimento dos seus clientes de metanol no Nordeste. A nova configuração operacional está fundamentada no Contrato de Fornecimento de Fomol para a MONSANTO DO BRASIL LTDA., em vigor a partir de 01 de setembro de 2016 até 31 de agosto de 2021, a partir de metanol importado por Aratu, Bahia, em bases extremamente competitivas para seu uso como matéria prima e revenda nesta região, o que permite a manutenção do mesmo nível de faturamento dos produtos, além de continuar atuando no mercado de metanol no Nordeste de modo competitivo e com rentabilidade mais previsível. Cabe ainda destacar, que em 24 de julho de 2017 a Administração da Companhia assinou contrato de alongamento da dívida através de uma operação de empréstimo na modalidade CCB (cédula de crédito bancário), no valor de R\$ 27.446 mil, para pagamento em 28 (vinte e oito) parcelas mensais não lineares, com garantia de cessão fiduciária do contrato de Fornecimento com a Monsanto. Essa operação sindicalizada com os Bancos Itaú, Santander e Bradesco permitirá maior equilíbrio financeiro da Companhia para os próximos anos.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis - (i) Aspectos gerais** - A conclusão destas demonstrações contábeis, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2018. As demonstrações contábeis da Companhia compreendem: a) Demonstrações contábeis consolidadas - As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); b) Demonstrações contábeis individuais da controladora - As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo e em decorrência da opção pela manutenção do saldo do ativo diferido até sua completa amortização nas demonstrações contábeis da controladora. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, essas demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. (ii) Principais práticas contábeis - As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS): a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. b) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil, usualmente o valor recuperável é o valor em uso. c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: A seleção de vidas úteis e a análise de recuperação do ativo imobilizado e ativos intangíveis; i. A provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii. A provisão para perdas no estoque; iii. A provisão para perdas nos investimentos; iv. O imposto de renda e contribuição social diferidos; v. A provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; vi. A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; viii. As estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. e) Benefícios a colaboradores e plano de previdência privada - A controlada Copenor concede aos colaboradores benefícios que envolvem outro seguro de vida, assistência médica, participações nos resultados e outros benefícios, os quais sempre respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a sua controlada. f) Demonstrações do valor adicionado (DVA) - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. g) Consolidação - A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. **3. Pronunciamentos novos ou revisados** - Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRSs vigendo a partir de 2017 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis da Companhia, os quais estão divulgados abaixo: **IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018)** - Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos

financeiros da IAS 39. **IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes (vigência a partir de 01/01/2018)** - Exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. **IFRS 16 Arrendamento mercantil (vigência a partir de 01/01/2019)** - Dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis. **4. Demonstrações contábeis consolidadas** - As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e sua controlada direta Copenor e controlada indireta Logipal Trade S.A.. **4.1 Conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido** - A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2017	2016	2017	2016
Controladora	27.700	23.106	4.594	(26.704)
Baixa do diferido (a)	(54)	(408)	-	-
Reversão da amortização do diferido (a)	-	-	354	406
Consolidado - acionistas controladores	27.646	22.698	4.948	(26.298)
Participação dos não controladores	587	538	49	(422)
Consolidado	28.233	23.236	4.997	(26.720)

(a) A Controlada optou pela manutenção do ativo diferido até a sua amortização total, conforme permitida pela deliberação no 565 da CVM, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei 11.638/07. **5. Gestão de risco financeiro - 5.1 Fatores de risco financeiro** - A Companhia e sua controlada estão expostas aos seguintes riscos: **a) Gestão de risco de capital** - A Companhia promove a gestão do Capital através de diretrizes emanadas dos acionistas controladores que estabelecem parâmetros qualitativos e quantitativos para melhor adequar a estrutura de capital. Ela leva em consideração o setor petroquímico no qual está inserida e é ajustada considerando as mudanças nas condições econômicas do país. A gestão de capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a Companhia, envolvendo todos os aspectos que definem uma estrutura de capital ótima, tal como o custo do endividamento, além de poder promover ajustes na política de pagamento e de dividendos aos acionistas. **b) Exposição a riscos de commodities** - A controlada Copenor está exposta à variação de preços de algumas commodities petroquímicas, em especial, a de seu principal produto, o metanol. A controlada procura reparar as oscilações de preços desse produto provocadas pela flutuação da cotação internacional. **c) Exposição a riscos cambiais** - Alguns empréstimos e financiamentos, insumos e produtos têm preços denominados ou influenciados pelas cotações internacionais de *commodities*, as quais são usualmente denominadas em dólares. A política para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente. São adotados procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. **d) Exposição a riscos de taxas de juros** - A controlada Copenor está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário. **e) Exposição a riscos de crédito** - As operações que sejam da controlada Copenor à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a controlada fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a controlada mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, a controlada tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. **f) Análise de sensibilidade de variações no CDI e TJLP** - Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2017, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários, possível e remoto, são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Operação	Risco	Efeito no resultado			
		Taxa cenário provável	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	Variação do CDI	6,89%	(1.860)	(2.325)	(2.790)
Empréstimos e financiamentos	Variação da Libor	2,11%	(110)	(137)	(164)
Aplicações financeiras	Variação do CDI	6,89%	702	877	1.052
<b>Efeito líquido total</b>			<b>(1.268)</b>	<b>(1.585)</b>	<b>(1.902)</b>

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis associadas a outros riscos. **5.2 Instrumento financeiro por categoria** - Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: **• Mensurados a valor justo por meio do resultado:** são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, ou no propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo. Os equivalentes de caixa (aplicações financeiras) e instrumentos financeiros derivativos são classificados nesta categoria. **• Empréstimos e recebíveis:** são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Caixa, depósitos judiciais e contas a receber são classificados nesta categoria. **• Outros passivos financeiros:** Fornecedores, parcelamento de tributos, empréstimos e financiamentos que são classificados nessa categoria, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Os demais passivos são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	Consolidado			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Total	
Empréstimos e recebíveis	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros	16.146	17.820	16.146	17.820
Contas a receber de clientes	-	-	-	641
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	641
Depósitos judiciais	5.812	6.907	5.812	6.701
Caixa e equivalentes de caixa	1.015	897	10.183	5.864
	22.973	25.418	10.183	6.505
			33.156	31.923

	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
Empréstimos e financiamentos	2017	2016	2017	2016
Outros passivos financeiros	-	-	32.194	35.421
Valores a pagar a partes relacionadas	11.982	11.789	-	-
Fornecedores	-	12	31.558	21.820
	11.982	11.801	63.752	57.241

## DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas	-	-	-	-
Vendas de produtos	-	-	226.751	213.083
Outras receitas	-	-	2.306	745
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	2.498
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	229.057	216.326
Custos dos produtos vendidos	-	-	(153.262)	(157.450)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	602	(64)	(36.749)	(19.288)
	602	(64)	(190.011)	(176.738)
Valor adicionado bruto	602	(64)	39.046	39.588
Depreciação e amortização	-	-	2.239	2.289
Valor adicionado líquido produzido	602	(64)	41.285	30.654
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-
Resultados de equivalência patrimonial	3.101	(26.635)	-	-
Constituição de provisão para perda imobilizado	-	-	(1.400)	(16.667)
Receitas financeiras (inclui variação cambial)	71	164	726	1.460
Outras receitas	-	-	26	72
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>3.774</b>	<b>(26.535)</b>	<b>40.637</b>	<b>15.519</b>
Distribuição do valor adicionado	-	-	-	-
Empregados	-	-	-	-
Remuneração direta	-	-	12.034	19.194
Benefícios	-	-	2.355	3.144
FGTS	-	-	788	1.004
	-	-	15.177	23.342
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-
Federais	(1.249)	-	(613)	4.493
Estaduais	-	-	12.791	5.585
Municipais	-	-	569	556
	(1.249)	-	12.747	10.634
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	-	-
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	429	169	7.528	8.049
Aluguéis	-	-	188	214
	429	169	7.716	8.263
Remuneração de capitais próprios	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido dos exercícios	4.594	(26.704)	4.948	(26.298)
Participação de não controladores	-	-	49	(422)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>3.774</b>	<b>(26.535)</b>	<b>40.637</b>	<b>15.519</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	Controladora			
	Empréstimos e recebíveis		Total	
Ativos financeiros	2017	2016	2017	2016
Valores a receber de partes relacionadas	4	4	4	4
Depósitos judiciais	36	92	36	92
	40	96	40	96

**5.3 Hierarquia de valor justo** - A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado			
	Hierarquia do Valor Justo		Total	
Ativos financeiros	2017	2016	2017	2016
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	-	641	-
Aplicações financeiras	Nível 1	10.183	5.864	10.183
		10.183	6.505	10.183

**6. Caixa e equivalentes de caixa (Consolidado)** - Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Instituição	Tipo	Rendimento	2017	2016
Caixa e bancos conta movimento			10.183	897
Aplicações financeiras:				
Santander/Itaú/Nordeste/ Safra/Bradesco	CDB	72% a 101% CDI	10.183	5.864
			11.198	6.761

**7. Contas a receber (Consolidado)** - A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

	2017	2016
Clientes nacionais	9.935	10.652
Clientes no exterior	281	313
Empresas ligadas	6.970	7.895
	17.186	18.860
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.040)	(1.040)
	16.146	17.820

	2017	2016
Ativo circulante	10.266	11.736
Ativo não circulante (a)	5.880	6.084
	10.222	11.711
Vencidas 1-30 dias	18	-
Vencidas 31-60 dias	-	-
Vencidas 61-90 dias	-	-
Vencidas há mais de 90 dias	6.946	7.149
	17.186	18.860

(a) Refere-se a contas a receber decorrente de vendas efetuadas para a GPC Química S.A., parte relacionada, que encontra-se em processo de recuperação judicial. Em 19/10/2016, foi realizada uma Assembleia Geral de Credores das empresas GPC onde foi aprovado um Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial que alterou a forma de pagamento aos credores. Para a Classe III onde se encontra o crédito da Controlada Copenor, foram estabelecidas duas opções quais sejam: 1) conversão dos créditos em ações preferenciais da GPC Participações S.A. até o limite de 10% do capital; 2) pagamento do crédito em 360 meses com parcelas mensais corrigidas pelo INPC anualmente. Em 16/11/2016 a controlada Copenor entregou o Termo de Opção ao juízo da recuperação com a escolha sobre a forma de pagamento descrito no item 2 acima, e procedeu a reversão da provisão de R\$ 2.812 para perdas na realização do referido crédito. A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	(1.040)	(3.538)
Adições	-	(321)
Baixas	-	2.819
Em 31 de dezembro	(1.040)	(1.040)

**8. Estoques (Consolidado)** - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicado, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída.

	2017	2016
Produtos acabados	5.552	7.447
Matérias primas e embalagens	8.201	5.266
Almoxarifado	3.958	3.970
Importação em andamento	13.311	8.852
	31.022	25.535

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>				
ICMS a recuperar operações	-	-	356	460
- Camaçari	-	-	1	5
- Impostos federais	105	19	1.655	3.466
- Impostos a recuperar	-	-	-	-
- ICMS sobre imobilizado	-	-	-	15
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>19</b>	<b>1.691</b>	<b>3.531</b>
<b>Não circulante</b>				
ICMS a recuperar operações	-	-	4.630	4.879
- São Paulo (a)	-	-	-	-
- Finsocial e outros impostos a recuperar	2.929	525	7.389	873
<b>Total</b>	<b>2.929</b>	<b>525</b>	<b>12.019</b>	<b>5.752</b>

(a) O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 4.630 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 4.879), refere-se a créditos acumulados na controlada Copenor pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas. Em 13 de junho de 2016, transitou em julgado decisão favorável à controlada, proferida nos autos de ação ordinária, sendo reconhecido em definitivo, a procedência dos créditos no valor de R\$ 364.684,07 UFESP's. A Administração da controlada pretende realizar o crédito através de transferência a partes relacionadas, à terceiros, ou compensando com ICMS pago na importação de matéria prima, tendo solicitado o cumprimento da decisão judicial, com o registro do valor correspondente às 364.684,07 UFESP's na conta de créditos acumulados junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participação em controlada:				
Copenor - Companhia	37.084	33.982	-	-
Petroquímico do Nordeste	285	285	931	931
Outros investimentos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>37.369</b>	<b>34.267</b>	<b>931</b>	<b>931</b>

Os dados da controlada e a movimentação do investimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

	2017	2016
	Capital social	112.960
Patrimônio líquido	37.670	34.521
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	3.504	(26.651)
% de participação acionária	98,44%	98,44%
Resultado de equivalência do exercício (i)	3.101	(26.635)
<b>Valor do investimento</b>	<b>37.084</b>	<b>33.982</b>

(i) Considerando o efeito da reversão da amortização do diferido (vide Nota 4). Outros investimentos referem-se a participações detidas em empresas registradas pelo custo de aquisição, que não excede o valor de realização. **11. Imobilizado (Consolidado)** - Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas no quadro abaixo e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e dos métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Adoção do custo atribuído (deemed cost)** - Conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a controlada Copenor optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado (deemed cost) somente para as classes de ativos a saber: • **Máquinas e equipamentos:** unidade produtiva de metanol, R\$ 13.889; • **Máquinas e equipamentos:** unidade produtiva de formol, R\$ 3.537; • **Terenos:** R\$ 4.099. **Garantias envolvendo imobilizados** - A controlada Copenor possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais no montante de R\$ 11.218 (2016 - R\$ 11.185).

Planta paralisada e provisão para perdas

	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Provisão para perda
Planta de Metanol	86.364	(73.171)	13.193	(13.193)
Planta de Monopentaeritrol	4.851	(3.562)	1.289	(1.289)
<b>Total</b>	<b>91.215</b>	<b>(76.733)</b>	<b>14.482</b>	<b>(14.482)</b>

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo líquido destes ativos está provisionado para perda na sua totalidade e os ativos encontram-se hibernados, em condições de uso. A Administração tem se empenhado na busca de alternativas que viabilize a utilização desses ativos nos negócios da companhia ou de terceiros. A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada como segue:

	2017		2016	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
<b>Taxa média anual de depreciação (%)</b>				
Terrenos	4.322	-	4.322	-
Edificação e benfeitorias	8.540	(35)	8.505	-
Máquinas e equipamentos	158.951	329 (5.644)	153.636	-
Veículos	67	39	106	-
Móveis e utensílios	1.732	-	1.732	-
Computadores e periféricos	3.870	2	3.872	-
Almoxarifado	1.693	-	1.693	-
Outros	49	(88)	(39)	-
<b>Total</b>	<b>179.224</b>	<b>370 (5.767)</b>	<b>173.827</b>	<b>-</b>

12. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	2017	2016
<b>Moeda nacional</b>		
Capital de giro - CDI + 2,00% a.a. a 6,00% a.a. (i)	26.999	24.403
<b>Moeda estrangeira</b>		
Capital de giro - Finimp - 4,23% a 6,8% a.a. (i)	5.195	11.018
	32.194	35.421
Passivo circulante	12.903	34.421
Passivo não circulante	19.291	1.000

(i) A garantia para essas operações da controlada Copenor é o aval

da própria Companhia. Conforme mencionado no último parágrafo do contexto operacional, importante destacar, que em 24 de julho de 2017 a Administração da Companhia assinou contrato de alongamento da dívida através de uma operação de empréstimo na modalidade CCB (cédula de crédito bancário), no valor de R\$ 27.446 mil, para pagamento em 28 (vinte e oito) parcelas mensais não lineares, com garantia de cessão fiduciária do contrato de Fornecimento com Monsanto. Essa operação sindicalizada com os Bancos Itaú, Santander e Bradesco permitirá maior equilíbrio financeiro para os próximos anos considerando o novo perfil da dívida. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a controlada não possui contratos sujeitos a *covenants* financeiros. Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	1.000
2018	19.291	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada como segue:

	2017	2016
Saldos em 1º de janeiro	641	6.175
Liquidação	6	(1.062)
Perda	(716)	(6.472)
Gainho	69	2.000
<b>Total</b>	<b>641</b>	<b>641</b>

13. Transações entre partes relacionadas

	Copenor		GPC Química S.A.		Petrobras S.A.		Biocombustível S.A.		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>										
Contas a receber	-	-	-	-	12	12	1.078	1.800	1.090	1.812
<b>Ativo não circulante</b>										
Contas a Receber (Nota 7 (a))	-	-	5.880	6.084	-	-	-	-	5.880	6.084
Mútuo	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo circulante</b>										
Fornecedores	-	-	-	-	-	45	-	182	-	228
<b>Passivo não circulante</b>										
Mútuo (iii)	-	-	11.982	11.789	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado</b>										
Compras	-	-	2.542	10.276	3.265	7.141	-	-	5.807	17.417
Vendas (i)	-	-	-	-	108	97	-	17.539	22.637	17.636
Despesas gerais e administ.(ii)	-	-	-	-	1.162	782	-	-	1.162	782

(i) Referem-se às vendas de Metanol realizadas pela controlada Copenor para suas controladoras Petrobras S.A. e Petrobras Biocombustível S.A., ademais, vendas de Formaldeído (Formol) para a controladora Petrobras S.A. (ii) Despesa relativa aos honorários de funcionários cedidos pela Petrobras S.A., os quais são pagos pela controlada Copenor, através de notas de débito. (iii) Mútuo existente entre a Companhia e a controlada Copenor atualizado pela variação do IGPm e sem prazo determinado. A controlada Copenor registra, até 31 de dezembro de 2017, o montante global de R\$ 2.002 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 1.868) de despesas com honorários dos Administradores e Diretoria Executiva. A controlada não concede benefícios pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração. **14. Tributos Federais: Imposto de renda e contribuição social corrente** - A tributação sobre o lucro corrente e o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com o regime de competência. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. **a) Imposto de renda e contribuição social corrente** - A seguir a conciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgada e os montantes calculados pela aplicação da alíquota vigente combinada de 34%:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes da tributação	3.345	(26.704)	1.567	(27.065)
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(1.137)	-	(533)	-
Créditos fiscais não reconhecidos	-	9.079	-	9.149
Adições permanentes	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis	-	-	(9)	(9)
Adições temporárias:				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	-	(428)	(15)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(109)
Provisão para perda no imobilizado	-	-	(476)	(5.667)
Equivalência patrimonial	-	-	(9.056)	-
Exclusões:				
Reversão de provisão de contingência trabalhista	-	30	280	-
Reversão de PDD	-	-	-	959
Receitas isentas de impostos	-	-	9	-
Reversão/realização de depreciação de imobilizado provisionado	-	-	1.588	-
Equivalência patrimonial	1.054	-	-	-
Efeito fiscal da baixa do ativo diferido	-	-	355	406
Compensação de Prejuízos Fiscais	25	-	25	-
Créditos fiscais não reconhecidos	-	(53)	(641)	(4.480)
Outros	17	-	(211)	(238)
Imposto de renda e contribuição social	(41)	-	(41)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído (nota 14.c)	-	-	344	345
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa (nota 14.f)	1.290	-	3.127	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.290	-	3.471	345
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>1.249</b>	<b>-</b>	<b>3.430</b>	<b>345</b>

	Passivo		Consolidado
	Circulante	circulante	
Em 31 de dezembro de 2016	34.421	1.000	35.421
Ingressos	19.450	22.183	41.633
Encargos	3.895	-	3.895
Variação monetária e cambial	257	-	257
Transferências	3.892	(3.892)	-
Amortizações (principal e juros)	(49.012)	-	(49.012)
Em 31 de dezembro de 2017	12.903	19.291	32.194

Não há valores justos dos contratos de swap em aberto em 31 de dezembro de 2017.

	2017	2016
Swaps (ponta ativa)	-	9.575
Swaps (ponta passiva)	-	8.934
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>641</b>
Circulante	-	641
Não circulante	-	-

As movimentações do derivativo para os exercícios são como

	2017	2016
Saldos em 1º de janeiro	641	6.175
Liquidação	6	(1.062)
Perda	(716)	(6.472)
Gainho	69	2.000
<b>Total</b>	<b>641</b>	<b>641</b>

As movimentações do derivativo para os exercícios são como

	Copenor		GPC Química S.A.		Petrobras S.A.		Biocombustível S.A.		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Tributos diferidos ativos</b>										
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada possuem prejuízos fiscais, base negativa de CSLL e diferenças temporárias nos montantes de R\$ 82.725 (2016 - R\$ 80.912), R\$ 42.991 (2016 - R\$ 41.178) e R\$ 5.422 (2016 - R\$ 4.506), respectivamente, sobre os quais não foram constituídos ativos fiscais diferidos em razão do histórico de prejuízos anteriores e das incertezas quanto à geração de resultados tributáveis futuros. <b>c) Tributos diferidos passivos</b> - A controlada Copenor constituiu imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos em decorrência do registro do custo atribuído ( <i>deemed cost</i> ) conforme descrito na Nota 11 e cuja movimentação encontra-se demonstrada abaixo:										
Saldos em 1º de janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.529)	(4.874)
Realização dos impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	344	345
Saldos em 31 de dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.185)	(4.529)

**d) Adoções aos aspectos da Lei nº 12.973/2014** - A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017. **e) Finsocial** - Em 1992, as empresas Metanol, Copenor e Gasnor, ingressaram com Ação Ordinária 92000347-8, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da majoração da alíquota do FINSOCIAL, com a restituição de todos os valores pagos à maior. A ação foi ao final julgada procedente pelo TRF da 1ª Região, que acolheu o pedido das Companhias, após o reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da majoração das alíquotas do FINSOCIAL, fixado à alíquota de 0,5%, tendo a decisão transitado em julgado em 1994. A pericia técnica, entretanto, divergiu dos cálculos apresentados pelas Companhias, pela não inclusão dos expurgos inflacionários, adotando a atualização monetária com base na Norma de Execução Conjunta da Receita Federal nº 08/1997, em que pese a orientação jurisprudencial já firmada (STJ - Resp: 1093159 SP, Julg. 09/12/2008 e TRF1 - AC 2006.34.00.027290-2/DF; 8ª Turma, Julg. 07/08/2017), de inclusão dos expurgos nas repetições de indébito, conforme cálculos das diferenças abaixo:

Empresa	Valor a restituir - Cálculo empresa		Valor a restituir - Cálculo Receita/Perícia	
	R\$	1.521	R\$	1.273
Metanol	-	-	-	-
Copenor/Gasnor	-	R\$ 2.016	-	R\$ 1.684

A Sentença da Liquidação por Artigos adotou o relatório e cálculos da Perícia, o que motivou a interposição de recurso de apelação pelas Companhias visando a inclusão dos expurgos inflacionários ao cálculo do crédito a ser restituído, estando os autos no TRF da 1ª Região desde 11/2008, aguardando julgamento pela 8ª Turma. **f) Adesão ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária** - A respeito da existência do crédito em favor da Companhia, decorrentes de decisão transitada em julgado reconhecendo o direito às diferenças do FINSOCIAL, na Ação Ordinária 92/347-8(i), a Fazenda se posicionou contra as compensações realizadas em 2003 e 2004 com débitos vencidos de tributos federais diversos sob argumento de que não haveria ainda nos autos, o transitado em julgado da liquidação por artigos, necessária à apuração do quantum, bem como, que teria sido negado no processo, o direito à compensação, tendo em vista que o pedido inicial seria de restituição. Tendo em vista a existência de tais débitos em situação de exigibilidade, decorrente dos PAF 13502.720586/2017-70 (Metanol) e PAF 13502.720762/2017-73 (Controlada Copenor), em que pese toda a argumentação realizada pela Companhia no âmbito administrativo, chegando a opor Recurso Extraordinário perante a Corte Superior do CARF, não foi possível reverter o posicionamento administrativo. Afora a discussão da viabilidade das compensações, verificou-se a possibilidade de adesão ao PERT- Programa Especial de Regularização Tributária, até 30/08/2017, conforme termos da MP 783/2017 e IN/SRF 1711/2017, sendo esta, uma possível forma de resolução da pendência, com a liberação da certidão de regularidade da Companhia, com menor impacto para esta, tendo em vista as condições para adesão ao parcelamento/pagamento. A vantagem de termos aderido ao PERT para quitação desses débitos foi, além da redução de 90% dos juros e utilização de Base de Cálculo Negativa da CSLL, o benefício que essa quitação proporcionaria ainda, a restauração dos créditos do FINSOCIAL em favor da Companhia.

Empresa	Forma de Pagamento - PERT			
	Débito Total	Em Espécie	Com Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	Redução com a Adesão ao PERT ao
Metanol	3.143	254	1.290	2.599
Copenor	4.540	354	1.837	1.349

15. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	88	-	3.284
Adições	-	-	-	47
Baixas	-	-	(88)	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	3.241
Adições	-	-	-	1.260
Baixas	-	-	-	(604)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	3.897

**Trabalhistas e**

Valores reconhecidos no resultado:

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	12	20
Juros sobre as obrigações atuariais	1.197	1.288	7	14
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.542)	(3.000)	(36)	(42)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	1.345	1.712	29	28
Contribuições de participantes no ano	-	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	-	-	12	20

As movimentações no valor presente da obrigação com os planos são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Valor das obrigações no início do ano	11.269	9.078	76	111
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	-	12	20
Juros sobre obrigação atuarial	1.197	1.288	7	14
Benefícios pagos no ano	(887)	(824)	-	-
Obrigações - (G/P)	590	1.727	(18)	(69)
Mudança nas premissas financeiras	662	1.697	9	6
Ganhos/Perdas por ajustes de experiência	(72)	30	(9)	(75)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	12.169	11.269	77	76

As principais premissas econômicas e biométricas adotadas na avaliação dos planos previdenciários foram:

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Taxa anual de juros	9,52% a.a.	11,07% a.a.	9,52% a.a.	11,07% a.a.
Rendimento de longo prazo dos ativos	9,52% a.a.	11,07% a.a.	9,52% a.a.	11,07% a.a.
Inflação de longo prazo	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Projeção de crescimento salarial	4,00% a.a.	5,10% a.a.	4,00% a.a.	7,10% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do ano	23.418	20.581	339	295
Benefícios pagos no ano	(887)	(824)	-	-
Contribuições de patrocinadora no ano	-	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	2.542	3.000	36	42
Ajuste do Ativo	-	-	-	-
Ganho / (Perda) sobre os ativos	(367)	661	6	2
Valor justo dos ativos no final do ano	24.706	23.418	381	339

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Taxa anual de juros	9,52% a.a.	11,07% a.a.	9,52% a.a.	11,07% a.a.
Rendimento de longo prazo dos ativos	9,52% a.a.	11,07% a.a.	9,52% a.a.	11,07% a.a.
Inflação de longo prazo	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Projeção de crescimento salarial	4,00% a.a.	5,10% a.a.	4,00% a.a.	7,10% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.

As taxas esperadas de retorno dos ativos dos planos BD e CD são dadas com base na expectativa de mercado e cenário econômico descrito abaixo, respeitando a alocação em cada segmento. Os ativos de renda fixa referenciados na taxa de juros CDI tendem a ter rentabilidade próxima a taxa de juros. Já os ativos indexados à inflação tendem a sofrer influência do índice de inflação (IPCA e IGP/M) e da marcação a mercado das taxas de juros. Já os ativos de renda variável são alocados com base nos benchmarks pré-determinados. A carteira do Plano é composta por títulos de renda fixa de longo prazo indexado a inflação. Desta forma, sua rentabilidade esperada é composta principalmente pela expectativa de inflação de curto prazo e pela marcação a mercado da taxa de juros real destes títulos. Levando em consideração o cenário base da empresa com inflação próxima a 4% para o ano de 2018 e com base nas taxas de juros negociadas pelo mercado, a rentabilidade projetada para a carteira de investimentos para o exercício de 2018 é de 9,52%. O retorno real dos ativos do plano no ano de 2017 foi de R\$ 2.175 para o Plano BD e de R\$ 42 para o Plano CD.

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
<b>Evolução patrimonial:</b>				
1 (Ganho)/Perda no período	367	(661)	(6)	(2)
2 (Ganho)/Perda em % do patrimônio	1,487%	(2,822%)	(1,460%)	(0,512%)
<b>Evolução das obrigações:</b>				
1 (Ganho)/Perda no período	590	1.727	(18)	(69)
2 (Ganho)/Perda em % da obrigação	4,848%	15,327%	(23,194%)	(89,972%)
3 Mudança nas premissas financeiras	662	1.697	9	6
<b>Resultado do Plano:</b>				
1 Obrigação Atuarial	12.169	11.269	77	76
2 Valor justo dos ativos	(24.706)	(23.418)	(381)	(339)
3 Resultado do plano	(12.537)	(12.149)	(304)	(263)
4 Efeito do limite	12.537	12.149	304	263
5 Resultado do plano	-	-	-	-

A entidade elabora um estudo de ALM (Asset Liability Management) para gerenciamento de risco dos planos. Relativamente a Parte de Risco, não houve previsão de recolhimento de contribuições no exercício de 2018. Fluxo de pagamentos para os próximos 10 anos - Relativamente aos participantes em atividade no Plano BD estima-se em 10 anos o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos tem vida média esperada de 21 anos.

Ano	Despesa	
	2017	2016
2018	922	952
2019	952	983
2020	1.015	1.046
2021	1.046	5.805
2022	5.805	
2023 a 2027		
Para o Plano CD, a estimativa passa a ser de 10 anos para o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos tem vida média esperada de 21 anos.		
Ano	Despesa	
2018	19	15
2019	15	14
2020	15	12
2021	12	51
2022	51	
2023 a 2027		
A seguir apresentamos o teste de sensibilidade utilizado na correção da taxa de desconto com acréscimo e decréscimo de 0,5%.		

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Valor das obrigações no início do ano	11.269	9.078	76	111
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	-	12	20
Juros sobre obrigação atuarial	1.197	1.288	7	14
Benefícios pagos no ano	(887)	(824)	-	-
Obrigações - (G/P)	590	1.727	(18)	(69)
Mudança nas premissas financeiras	662	1.697	9	6
Ganhos/Perdas por ajustes de experiência	(72)	30	(9)	(75)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	12.169	11.269	77	76

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do ano	23.418	20.581	339	295
Benefícios pagos no ano	(887)	(824)	-	-
Contribuições de patrocinadora no ano	-	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	2.542	3.000	36	42
Ajuste do Ativo	-	-	-	-
Ganho / (Perda) sobre os ativos	(367)	661	6	2
Valor justo dos ativos no final do ano	24.706	23.418	381	339

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Taxa anual de juros	9,52% a.a.	11,07% a.a.	9,52% a.a.	11,07% a.a.
Rendimento de longo prazo dos ativos	9,52% a.a.	11,07% a.a.	9,52% a.a.	11,07% a.a.
Inflação de longo prazo	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Projeção de crescimento salarial	4,00% a.a.	5,10% a.a.	4,00% a.a.	7,10% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Efeito com o aumento de 0,5% no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
Efeito com o aumento de 0,5% no Custo dos Juros	(3)	(8)	-	-
Efeito com o aumento de 0,5% no Valor Presente das Obrigações	(640)	(555)	(2)	(2)
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Custo dos Juros	8	8	-	-
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Valor Presente das Obrigações	712	612	2	3

19. Coberturas de seguros - Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada possuíam as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

	Consolidado	
	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados	31/07/2018	172.050
Responsabilidade civil geral	01/03/2019	10.000
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	07/02/2019	2.000
Veículos	31/10/2018	150 (RCFV) por veículo

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. 20. Receita operacional líquida (Consolidado) - Reconhecimento da Receita - A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de vendas e serviços da controlada Copenor estão sujeitas a impostas e contribuições conforme previstos nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

	Consolidado	
	2017	2016
Receita de venda de:		
Metanol produzido	-	34.548
Formaldeído produzido	47.419	46.089
Hexametilenotetramina produzido	12.047	17.821
Metilato de sódio produzido	-	11.861
Receita revendas de diversos produtos (i)	167.285	103.064
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>226.751</b>	<b>213.083</b>
Impostos sobre vendas	(34.012)	(28.867)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>192.739</b>	<b>184.216</b>
(i) Conforme mencionado na Nota 1, a controlada Copenor efetua revenda de produtos. A maior parte desta receita é proveniente da venda de metanol (aproximadamente 74% do saldo).		
<b>21. Custo dos produtos vendidos, despesas gerais e administrativas e outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		
	Consolidado	
	2017	2016
Matéria prima	(141.157)	(133.528)
Custos diretos	(5.358)	(12.085)
Custos indiretos	(4.322)	(6.032)
Depreciação	(1.458)	(3.584)
Utilidades (Energia elétrica e água)	(293)	(621)
Tratamento de efluentes	(674)	(1.600)
	(153.262)	(157.450)
	Consolidado	
	2017	2016
Despesas com vendas	(1.512)	(1.668)
Salários, encargos e comissões	(15.665)	(11.621)
Fretes e carretos	(17.177)	(13.289)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Pessoal	-	-	(5.581)	(6.635)
Conservação e manutenção	-	-	(798)	(1.661)
Serviços de terceiros (i)	(291)	(306)	(1.652)	(2.000)
Viagens	-	-	(320)	(382)
Tributos	-	-	(685)	(593)
Aluguéis e leasing	-	-	(142)	(146)
Depreciação e amortização	-	-	(326)	(360)
Outras	-	-	(664)	(509)
	(291)	(306)	(10.168)	(12.286)

(i) Refere-se principalmente a gastos com segurança, manutenção predial e assessoria jurídica.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Outras despesas operacionais, líquidas</b>				
Ajuste de inventário	-	-	(155)	(655)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	2.498
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis	-	87	(1.260)	44
Receitas PIS MP 66	-	-	-	46
e COFINS	-	-	-	139
Provisão para perdas de imobilizado	-	-	(1.400)	(16.843)
Desconto programa PERT	1.599	-	3.882	-
Baixa de Tributos Federais	(525)	-	(525)	-
Provisão de demais débitos e parcelamento do programa REFIS	-	-	(542)	-
Outras líquidas	(181)	-	(585)	450
	893	87	(539)	(14.367)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	344	824
Ganhos com instrumentos financeiros	-	-	69	2.000
Operação NDF	-	-	-	119
Outras receitas financeiras	180	164	455	661
	180	164	868	3.604
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(4.139)	(4.050)
Perdas com instrumentos financeiros	-	-	(716)	(6.472)
Juros sobre impostos parcelados	(2)	-	(6)	-
Fianças bancárias	-	-	(3)	(38)
Despesas bancárias	-	-	(58)	(53)
Operação NDF	-	-	(285)	(332)
Juros de Mora	-	-	(327)	(646)
IOP - Imposto com operações financeiras	(536)	-	(1.084)	(634)
Outras	-	(14)	(708)	(566)
	(538)	(14)	(7.326)	(12.791)
Varição cambial, líquida	-	-	(344)	2.753
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(358)</b>	<b>150</b>	<b>(6.802)</b>	<b>(6.434)</b>

23. Resultado por ação - Demonstramos a seguir os cálculos do lucro/prejuízo básico por ação, respectivamente:

	2017		2016	
Prejuízo e Lucro atribuíveis aos Acionistas da Sociedade				
Quantidade líquida ponderada de ações emitidas		4.594		(26.704)
Ordinárias	98.693.100	98.693.100		
Preferenciais "A"	87.595.802	87.595.802		
Preferenciais "B"	9.819.517	9.819.517		
Preferenciais "C"	99.970.883	99.970.883		
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação - R\$				
Ordinárias		0,0465		(0,2706)
Preferenciais "A"		0,0524		(0,3049)
Preferenciais "B"		0,4678		(2,7195)
Preferenciais "C"		0,0460		(0,2671)
Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.				

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores Executivos da controladora Metanor S.A. - Metanol do Nordeste, declaram que examinarão, revisarão, discutirão e concordam com todas as informações contidas nestas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião da BDO RCS Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, apresentado nesta Demonstração Financeira Anual. Camaçari, 20 de março de 2018. **Margareth Feijó Brunnet** - Diretora Presidente; **Emílio Salgado Filho** - Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 15 de março de 2018.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**

**CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA**

**Jairo da Rocha Soares**

**Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - BA**